

## Congresso começa a definir calendário da reforma política

Jane Araújo



**MUDANÇA** No café com jornalistas, Renan Calheiros defende alterações na edição e tramitação de medidas provisórias

Presidentes do Senado e da Câmara se reúnem hoje com líderes partidários e governistas

Renan Calheiros diz que MP sobre impostos não passará no Congresso se não for modificada

"O Orçamento é uma quase-lei, porque é uma lei facultativa. Temos que mudar tudo", afirma o senador

Página 5

Roosevelt Pinheiro



**PAUTA** Plenário analisa orçamento impositivo, pré-escola e comparecimento do presidente à abertura da sessão legislativa

## Conselho discute a propaganda de bebidas alcoólicas

O excesso de propaganda de bebidas alcoólicas e a ausência de política governamental para o assunto foram criticados por especialistas que participaram de audiência no Conselho de Comunicação.

Página 8

## Comissões elegem hoje seus presidentes

As comissões permanentes do Senado reúnem-se hoje para eleger seus presidentes e vice-presidentes. Esse procedimento regimental marca também a instalação dos trabalhos. A escolha dos candidatos segue a proporcionalidade das bancadas.

Página 4

## Plenário debate emendas à Constituição

Educação pré-escolar em estabelecimentos públicos está entre as propostas em exame esta semana pelo Plenário do Senado.

Página 3

### Efeitos das restrições

Estudos comparando 17 países com proibição total, proibição parcial ou sem qualquer proibição da propaganda de bebidas alcoólicas mostraram o seguinte:

Países que proíbem a publicidade de destilados têm níveis de consumo **16%** mais baixos e **10%** menos acidentes automobilísticos fatais do que países sem qualquer tipo de proibição.

Países que proíbem a propaganda de cervejas e vinhos, além dos destilados, têm níveis de consumo **11%** menores e **23%** menos acidentes automobilísticos fatais do que os que proíbem apenas a propaganda de destilados.

Fonte: Movimento Propaganda Sem Bebida





**PREOCUPAÇÃO** Déficit habitacional do país cresce e reflete desigualdade social, observa Osmar Dias

## Osmar Dias quer recursos do BNDES para construção civil

O líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR), pedirá tramitação urgente para o Projeto 207/00, de sua autoria, que obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aplicar, em empresas de capital nacional, no mínimo, 85% dos recursos para financiamento, e 35% da disponibilidade do banco na indústria da construção civil, em especial na habitação.

A iniciativa de Osmar Dias deve-se ao crescimento do déficit habitacional no Brasil. Segundo a Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, citada pelo senador, o déficit atinge mais de 7 milhões de domicílios, sendo quase 5,5 milhões em áreas urbanas.

– Esses números dão a exata dimensão da desigualdade social no Brasil – disse.

O senador considera esse um momento apropriado para que o Congresso aprove a proposta. Para ele, problemas como desemprego e de infra-estrutura do país seriam resolvidos.

– A construção civil é o setor que mais emprega no país – lembrou o parlamentar.

# Agenda

## Senado realiza primeira sessão de votações do ano

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, a primeira sessão de votações do ano. Na pauta, discussão de propostas de emendas constitucionais (PECs), como a que define a titularidade das águas subterrâneas (PEC 43/00). Constam ainda na pauta



projetos apresentados pela CPI da Exploração Sexual, entre eles o que prevê o fechamento de motéis e outros estabelecimentos que hospedem menores sem autorização, mesmo depois de advertidos pela autoridade policial.

## Renan recebe parlamentares e conversa com Jobim

O presidente do Senado, Renan Calheiros, promove hoje, a partir das 12h, almoço com as lideranças partidárias e com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, na residência oficial. Os parlamentares vão discutir a agenda de votações da reforma política. Às 11h30, Renan recebe visita de cortesia do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim (foto).



## Eleição dos presidentes das comissões

As comissões permanentes da Casa fazem hoje a instalação dos trabalhos e eleição dos presidentes e vices. Estão previstos encontros das comissões de Constituição

e Justiça (CCJ), às 10h; de Assuntos Econômicos (CAE), às 11h; de Educação (CE), às 11h15; de Assuntos Sociais (CAS), às 11h30; de Relações Exteriores (CRE), às 12h;

de Infra-Estrutura (CI), às 12h30; de Fiscalização e Controle (CFC), às 12h45; de Desenvolvimento Regional, às 17h; e de Legislação Participativa, às 17h30.

## Medida provisória que aumenta impostos em exame

Pode ser instalada hoje, às 14h, comissão mista para analisar a Medida Provisória 232/04. A MP, que aumenta o Imposto de Renda a ser pago por empresas do setor de serviço e por agricultores, tem sido criticada

pelos parlamentares desde sua edição. No mesmo horário, também pode ser instalada comissão para discutir a MP 235/05, que altera o programa Universidade para Todos (ProUni).



## Depoimentos sobre assassinato de missionária

A Comissão Externa "Dorothy Stang" ouve hoje, às 17h, os depoimentos do secretário de Defesa Social do Pará, Manoel Nascimento Júnior, o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, e o bispo de Altamira (PA), dom Erwin Krautler. O colegiado acompanha as investigações do assassinato da missionária americana.

## Reunião da CPI da Terra

Amanhã, às 10h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra realiza reunião administrativa com o objetivo de votar atas de reuniões passadas e requerimentos apresentados pelos parlamentares. A CPI investiga o processo de reforma agrária e os movimentos sociais do campo.

## Acesso à Justiça na TV Senado

A democratização do acesso à Justiça é o tema do programa de debates *Cidadania*, que a TV Senado apresenta hoje, às 19h30. O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Leopoldo Portela Júnior, e a juíza Gláucia Falsarelli participam da discussão.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**BENEFÍCIO** Segundo Paim, exercícios feitos de forma regular também melhoram a qualidade de vida

## Esporte é aliado importante no combate às drogas, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção para a importância da atividade esportiva como instrumento de combate ao uso de drogas, principalmente entre os jovens. Lembrando o Dia do Esportista, comemorado sábado, Paim disse que o esporte possibilita que o ser humano se sociabilize, melhore o desempenho físico e obtenha maior equilíbrio emocional e mental.

O senador afirmou que, conforme estudos médicos, exercícios simples feitos de forma regular, como andar de bicicleta ou caminhar, ajudam a eficiência do sistema circulatório, trazendo melhorias na qualidade do sono e no controle de colesterol, além de ajudar o indivíduo na perda de peso.

Por essas razões, observou ele, o esporte tem grande importância social e política. O senador destacou a realização da 1ª Conferência Nacional do Esporte, que preconiza a criação do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, associado a "um projeto histórico de sociedade, comprometido com a reversão do quadro de injustiça e exclusão social".

### Drogas

Segundo Paim, a Carta de Brasília – instrumento que irá balizar as ações do Ministério do Esporte, juntamente com o documento final da 1ª Conferência Nacional do Esporte – conclama a participação de todos na luta para fazer do esporte e do lazer atividades essenciais na vida dos brasileiros, em favor de uma sociedade melhor.

– O esporte é um dos caminhos para ajudar o indivíduo a dizer não às drogas. Governo, escola, família, amigos, estamos todos convocados a contribuir nesta luta – frisou.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Em debate, proposta da pré-escola gratuita

■ PEC que beneficia as crianças de até seis anos deve ser votada na próxima semana, em primeiro turno

A proposta de emenda à Constituição que assegura educação gratuita a todas as crianças com até seis anos de idade deve ser discutida hoje, em primeiro turno, no Plenário do Senado.

De autoria da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), a proposição (PEC 40/00) recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em outubro do ano passado, e seguiu para votação no Plenário em primeiro turno.

A matéria altera o art. 208 da Constituição, que passaria a



Roosevelt Pinheiro

**PRIORIDADE** Heloísa Helena afirma que educação infantil precisa ser tratada como obrigação do Estado

vigorar, em seu inciso IV, com o seguinte texto: "Acolhimento obrigatório, público e gratuito a toda demanda pela educação infantil, em creches e pré-escolas, para as crianças de zero a seis anos de idade". De acordo com exigência regulamentar,

a proposta foi subscrita por 27 senadores.

Para Heloísa Helena, não é possível conceber que a educação visando à construção das capacidades afetivas, éticas, cognitivas, físicas e sociais da pessoa humana seja assumida pelo Estado somente para as crianças a partir dos sete anos de idade.

A senadora defende a idéia de que educação infantil não deve ser entregue quase exclusivamente aos pais ou responsáveis. Conforme Heloísa Helena, as creches não podem ser vistas apenas como um local onde deixar o filho para que as mães trabalhem.

Na justificativa, a senadora afirma que a educação infantil tem de ser tratada com prioridade e também dispensada a ela uma dedicação formal, sistemática e planejada.

A PEC será discutida em cinco sessões no primeiro turno. A previsão é que seja votada, em primeiro turno, na quarta-feira da próxima semana.

## Relevância

O relator da proposta, senador Tião Viana (PT-AC), avaliou a medida como da maior relevância para o país, diante do desafio de garantir proteção e estudo a mais de 12 milhões de crianças na faixa etária de até seis anos.

Ele observa que "a educação infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade, período em que são fixados os alicerces da vida emocional que irão influenciar decisivamente em seu desenvolvimento e aprendizagem futuros".

O Censo Escolar de 2002 revelou que existem 6 milhões

e 130 mil alunos matriculados no ensino infantil público e privado do país, número bem abaixo da real demanda. Segundo o secretário municipal de Educação de São Paulo, José Aristodemo Pinotti, na capital do estado há cerca de 500 mil crianças com até seis anos, mas apenas 16% estão em creches.

A matéria foi elogiada por senadores em debates anteriores sobre o assunto. Em apoio à proposta de emenda constitucional, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse que a educação ainda é o caminho para que famílias de baixa renda melhorem suas condições de vida.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também defende a proposição. "Ela visa atender de forma universal e pública a um segmento que significa o futuro do país".

## Comparecimento do presidente ao Congresso

A cerimônia de abertura de cada sessão legislativa poderá contar, a partir do próximo ano, com a presença do presidente da República, que atualmente apenas envia ao Legislativo mensagem a respeito de suas prioridades para o período. A medida está prevista na proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que deve ser votada amanhã, em primeiro turno, no Plenário.

Segundo a proposição, o presidente da República apresentará pessoalmente sua mensagem e seu plano de governo, "expondo a situação do país e suas metas" para o cumprimento do artigo 3º da Constituição, que inclui entre os objetivos nacionais a promoção do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza.

Uma vez aprovada a proposta, acredita Suplicy, o presidente terá a oportunidade de apresentar um balanço de seu governo diante de deputados e senadores, que têm a responsabilidade de fiscalizar os atos do Executivo. Por iniciativa do relator da matéria, então senador Waldeck Ornélas, foi retirado o artigo que permitia aos líderes partidários fazerem, na mesma sessão, avaliação da mensagem presidencial.

### Orçamento

Poderá também ser votada na sessão de amanhã a PEC 22/00, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA),



Roosevelt Pinheiro

**EXIGÊNCIA** Eduardo Suplicy defende presença do chefe do Executivo na abertura do ano legislativo

que condiciona o fim da sessão legislativa à votação do projeto de Orçamento e torna obrigatória a execução das despesas nele previstas. A proposta estará em quinta e última sessão de discussão e será apreciada se não for apresentada nenhuma emenda ao texto.

Hoje, o Orçamento da União, aprovado anualmente pelo Congresso, apenas autoriza a execução das despesas previstas. Caso seja examinada a proposta, a programação constante da lei orçamentária será de execução obrigatória, salvo se acolhido pelo Legislativo pedido, de iniciativa do presidente da República, para cancelamento ou contingenciamento total ou parcial de cada dotação.

A solicitação presidencial, ainda de acordo com a proposta, teria de ser submetida ao Congresso até 120 dias antes do encerramento da sessão



Roosevelt Pinheiro

**RIGOR** Antonio Carlos quer tornar obrigatório o cumprimento da lei orçamentária pelo Executivo

legislativa, acompanhada de pormenorizada justificativa. Em casos excepcionais, como os de queda de arrecadação ou calamidade pública, o pedido presidencial poderia ser apresentado mesmo nos últimos meses de cada ano.

Entre as outras PECs na pauta da sessão de amanhã destaca-se a 29/02, do então senador Francisco Escórcio, que estende até 2016 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Devem ainda ser votadas a PEC 81/03, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que fixa os princípios da atividade regulatória; a PEC 1/03, de Maguito Vilela (PMDB-GO), que determina o pagamento em espécie de obrigações devidas aos idosos; e a 15/04, da Câmara, que exclui dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede do município.

## Projeto tipifica abuso contra crianças em fotos na Internet

As redes de exploração sexual comercial são os principais alvos dos três projetos da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que apurou os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. As matérias serão discutidas pela segunda vez, em primeiro turno, na sessão de hoje.

Os projetos configuram como crimes, por exemplo, o uso de fotos e vídeos na Internet ou qualquer outro meio de comunicação (PLS 254/04) e a hospedagem de crianças e adolescentes em hotéis, sem autorização dos pais (PLS 255/04).

Os conhecimentos científicos atuais sobre o desenvolvimento sexual da criança e do adolescente inspiraram até propostas de mudanças de títulos de capítulos do Código Penal. A justificativa de um

deles (PLS 253/04) ressalta a necessidade de incorporação de novos conceitos. A CPI mista investigou ações de violência não contempladas pela legislação penal, que resultam na impunidade dos agressores e na dificuldade de combate a essa situação, facilitando a sua perpetuação.

Um exemplo dessas sugestões de mudança de conceito é o artigo 1º do Projeto 253, que estabelece: "Passa a denominar-se 'Dos Crimes contra a Liberdade e o Desenvolvimento Sexual' o título da parte especial do Código Penal que trata do assunto". O título atual desse capítulo do Código Penal é "Dos Crimes contra os Costumes".

Segundo a justificativa do projeto, "para a ciência penal, os nomes e os títulos são fundamentais".



Moreira Alanz

**OFENSIVA** CPI que investigou denúncias de crimes sexuais contra crianças e adolescentes apresentou projetos visando coibir esses abusos

Fotos: Roosevelt Pinheiro



**DESTAQUE** Garibaldi lembra que Rio Grande do Norte é o maior produtor terrestre de petróleo no país

## Garibaldi pleiteia uma refinaria para seu estado

Ao informar que a Petrobras comemorou, em Mossoró (RN), os 25 anos de produção de petróleo na bacia terrestre potiguar, que compreende o Rio Grande do Norte e o Ceará, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ontem que o Rio Grande do Norte pleiteia a instalação de uma refinaria em seu território. Segundo ele, o estado é o grande responsável pela maior produção terrestre do país.

Para Garibaldi, o Rio Grande do Norte merece a refinaria, por sua participação na produção e pelo aparato que já possui. Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) informou que, em conversa com um diretor da Petrobras, este lhe garantiu que em apenas dois anos o Brasil será auto-suficiente em petróleo.

## Amorim relata a Suplicy gestão em favor de refém

Na condição de presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recebeu carta do chanceler brasileiro Celso Amorim, direto de Aman, na Jordânia, explicando as gestões que tem feito para libertar o brasileiro João José Vasconcellos, seqüestrado no Iraque. Amorim conta que esteve com o chanceler jordaniano Hami Mulki, com o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, com o primeiro-ministro Ahmed Qorei e com o chanceler Nabil Saath.

Segundo Celso Amorim, de todos os interlocutores recebeu a garantia de que farão o máximo esforço para a libertação do brasileiro. "As minhas gestões vêm na seqüência dos contatos mantidos pelo embaixador Affonso Ouro Preto na região", diz o ministro.

# Comissões se reúnem hoje para eleger presidentes

Novos dirigentes foram indicados pelos líderes dos partidos, seguindo o critério da proporcionalidade

As comissões permanentes do Senado reúnem-se hoje, em horários diversos, para eleger seus presidentes e vice-presidentes, em votação secreta. Esse procedimento regimental marca também a instalação dos trabalhos das comissões.

As lideranças, por acordo e seguindo a proporcionalidade partidária, indicaram os senadores que deverão presidir esses colegiados.

O líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), indicou, pelo bloco de apoio ao governo (PT, PSB, PTB e PL), os presidentes das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que devem ser, respectivamente, os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Cristovam Buarque (PT-DF). A presidência da Comissão de Legislação Participativa (CLP) poderá ficar com o senador

Marcelo Crivella (PL-RJ).

O PMDB, como anunciou o líder da bancada, senador Ney Suassuna (PB), deverá presidir três comissões: Assuntos Econômicos (CAE), para a qual foi indicado o senador Luiz Otávio (PA); Educação (CE), que deverá ser presidida pelo senador Hélio Costa (MG), e Fiscalização e Controle (CFC), que ficará com o senador Leomar Quintanilha (TO).

Para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) foram indicados integrantes do PFL. O líder José Agripino (RN) designou os senadores Antonio Carlos Magalhães (BA) para a direção da CCJ e Heráclito Fortes (PI) para a CI.

Ao PSDB caberá a presidência da mais nova comissão do Senado – a de Desenvolvimento Regional, criada no fim do ano passado. O senador Tasso Jereissati (CE) é o escolhido pelo partido para presidir o colegiado.

### Mudanças

As lideranças partidárias anunciaram, no início dos trabalhos do Senado, a pos-

sibilidade de criação de uma nova comissão e alterações nas atuais. Para que sejam concretizadas, as mudanças devem ser realizadas por meio de projeto de resolução (PRS).

Dois projetos estão tramitando na Casa com esse propósito. O do senador Osmar Dias (PDT-PR) cria a Comissão de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário. A Secretaria Geral da Mesa recebeu requerimento de urgência para votação da matéria (PRS 25/03), que estava na CCJ e tem como relator o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Essa nova comissão deverá ser presidida pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), conforme anúncio do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) apresentou, no último dia 16, o Projeto de Resolução 1/05, alterando o Regimento Interno para que a Comissão de Desenvolvimento Regional passe a tratar também das questões relacionadas ao turismo. A proposta está na Mesa diretora, onde tem prazo de recebimento de emendas até o dia 24 deste mês.



**VANTAGEM** Valdir Raupp destaca importância da biotecnologia para o desenvolvimento

## Raupp quer logo aprovação da Lei de Biossegurança

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu ontem a urgente aprovação da Lei de Biossegurança pela Câmara dos Deputados.

– O Brasil não pode mais andar na contramão da história – afirmou.

Para Raupp, a moderna biotecnologia permite, além do aumento da produtividade agrícola, a possibilidade de melhoramento genético da qualidade e variedade de espécies, como é exigido pela indústria processadora e pela tendência de segmentação da indústria de alimentos.

– Estima-se que o mercado potencial de biotecnologia mundial, nos próximos dez anos, fique na faixa de US\$ 500 bilhões a US\$ 800 bilhões e que de US\$ 320 bilhões a US\$ 420 bilhões estejam diretamente relacionados ao setor agroindustrial. Mercados como o de medicina botânica e de cosméticos também envolvem a biotecnologia vegetal, e estão estimados em torno de US\$ 25 bilhões a US\$ 40 bilhões, observou. Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou que haja pouco ou nenhum investimento em pesquisa e disse que não sabe como anda a arrecadação de um percentual sobre o faturamento das empresas que deveria ser direcionado para a pesquisa. "Precisamos enviar um requerimento às autoridades do governo perguntando sobre isso", sugeriu. Também apartando, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que "ninguém pode fugir desse bonde da riqueza", representado pelos recursos de laboratórios internacionais que querem realizar pesquisas no Brasil.

### Horários e locais em que as comissões se reúnem

Comissões	Horários e locais
Constituição, Justiça e Cidadania	10h, sala 3, Ala Alexandre Costa
Assuntos Econômicos	11h, sala 19, Ala Alexandre Costa
Assuntos Sociais	11h30, sala 9, Ala Alexandre Costa
Relações Exteriores e Defesa Nacional	12h, sala 7, Ala Alexandre Costa
Serviços de Infra-Estrutura	12h30, sala 13, Ala Alexandre Costa
Educação	11h15, sala 15, Ala Alexandre Costa
Fiscalização e Controle	12h45, sala 6, Ala Nilo Coelho
Desenvolvimento Regional	17h, sala 3, Ala Alexandre Costa
Legislação Participativa	17h30, sala 2, Ala Nilo Coelho

## Mesquita Júnior critica norma sobre data de conta bancária

Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) criticou ontem a norma do Banco Central (BC) que obriga as instituições bancárias a imprimirem, nas folhas de cheques dos novos clientes, a data em que abriram sua primeira conta. Segundo explicou, a medida teria como objetivo, com base em informações do próprio BC, estimular a concorrência no sistema financeiro.

De acordo com as informações, a medida, que entrará em vigor em maio deste ano, se faz necessária porque esta-

belecimentos comerciais não aceitam cheques de contas bancárias recentes, o que desestimula as pessoas a trocarem de banco.

Mesquita Júnior ressaltou que o país sempre conviveu com cheques "sem esse registro odioso, discriminatório, desnecessário e ilegítimo, que atenta contra os princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência". O senador classificou como cinismo o argumento do BC segundo o qual, ao facilitar a migração



**RESTRIÇÃO** Mesquita Júnior diz que exigência do Banco Central é desnecessária e discriminatória

do cliente de um banco para outro, a concorrência do setor é estimulada e poderá levar à redução das taxas de juros ou das tarifas cobradas pelas instituições financeiras.



**REGRAS** Tião Viana propõe revisão sobre "responsabilidade política e social" de parlamentar

## Viana defende fidelidade partidária

A eleição da nova Mesa da Câmara dos Deputados e as constantes mudanças partidárias de parlamentares confirmam, na visão do senador Tião Viana (PT-AC), a grave crise por que passam os partidos políticos brasileiros. Para ele, a atividade parlamentar vem se tornando "parte de um comércio", demonstrando que os "interesses individuais estão se sobrepondo aos interesses da coletividade".

Por isso, o novo vice-presidente do Senado defendeu regras mais rígidas com relação à fidelidade partidária, por meio de uma reforma política atrelada a uma profunda revisão sobre a "responsabilidade política e a responsabilidade social que se coloca ao parlamentar na condição de representante público".

– Salvo alguns partidos políticos que têm uma unidade de ação, conteúdo programático e concepções ideológicas definidas, a exemplo do PT e do PFL, somados ao PSTU e ao PCdoB, o país sofre com a fragilidade moral de parlamentares que fazem de suas funções um troca-troca de favores e de interesses localizados, ao invés de lutarem em favor de um projeto de nação e de uma visão de Estado comprometida com os interesses reais da sociedade brasileira – afirmou Tião Viana.

# Renan quer pressão da sociedade por reformas

■ Ele espera sugestões sobre sistemas político e tributário, e adverte que MP 232 não será aprovada sem mudança

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou ontem – durante café da manhã com os jornalistas – a necessidade da pressão da sociedade para que o Congresso adote uma agenda de votações de interesse do país, com prioridade para as reformas política e tributária. Renan recebe hoje, às 12h, para discutir a reforma política, o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP), líderes do governo e das bancadas, relatores da matéria na Câmara e no Senado, o senador Marco Maciel (PFL-PE) e os presidentes dos partidos.

– O Congresso é consequência do que a sociedade quer. Se a sociedade quiser, continua a conviver com esse sistema, mas pode participar com uma pressão sã para mudar. A sociedade precisa ajudar na tarefa de construção de uma agenda para o Congresso, dizendo o que pretende para as reformas política e tributária.

Renan acha que a reforma política deveria ser "a primeira das reformas" – até porque define quem decide sobre as políticas e gastos públicos. Ele advertiu que as filiações de última hora com objetivos menores podem repetir-se enquanto ela não for aprovada: "A migração hoje já atinge as grandes legendas, e o PMDB é a grande vítima disso".

A solução seria formar uma comissão mista para encaminhar a reforma política nas duas Casas (a matéria passou no Senado e está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara), "se possível, retomando



**ADVERTÊNCIA** Segundo Renan, é preciso mudar tudo na discussão da proposta orçamentária

a votação de onde está". Renan lembra o sucesso da fórmula de acordo sobre um calendário – votando-se logo os pontos de consenso – na aprovação do Estatuto do Desarmamento, e sugere colocar também na pauta a votação imediata da reforma tributária, outra matéria já encaminhada à Câmara pelo Senado.

### Governo de coalizão

O presidente do Senado advertiu que seria "um grande erro" o governo interpretar a derrota na eleição para a Presidência da Câmara como uma vitória do corporativismo. Renan destacou o peso da "dificuldade óbvia" de articulação política do governo naquela disputa, e advertiu sobre o perigo para a governabilidade caso não se venha a "aprender com o erro".

O senador defendeu um governo de coalizão, no qual cada partido teria um papel definido de acordo com seu peso e suas aptidões, e que seria costurado pela reforma ministerial. Ele admitiu que o PMDB está insatisfeito: "O partido tem muita dificuldade de relacionamento com o governo".

### Prorrogação

Renan declarou-se "por princípio" contra a prorrogação de

mandatos – "é inconstitucional e levantar o tema é um desserviço ao país" –, mas aceita a discussão sobre a coincidência de mandatos, desde que seja proposta somente para vigorar a partir dos próximos períodos eletivos.

### Medidas provisórias

O presidente do Senado considera indispensável alterar o sistema de edição e tramitação das medidas provisórias para evitar a obstrução do Plenário das duas Casas: "Isso não é discurso, vai ter que ser resolvido". O senador considera a situação atual fonte de "degradação dos mandatos". Citou uma série de sugestões de mudança: criar comissão permanente especial do Congresso para decidir sobre a urgência e relevância das MPs; alternar o início da tramitação entre as duas Casas; limitar o número de medidas que podem ser editadas pelo governo; criar mecanismos para que certas matérias deixem de trancar a pauta.

### Orçamento

Renan advogou mudanças no Orçamento da União, começando pela sua elaboração, que já deveria ser acompanhada pelo Legislativo antes da apresentação do projeto ao Congresso. Acha que o formato da Comissão Mista de Orçamento deve ser revisto, diminuindo o número de integrantes, e prega a criação de critérios para as emendas pessoais.

– O Orçamento é uma quase-lei, porque é uma lei facultativa. Temos que mudar tudo.

### MP 232

Caso não seja modificada a Medida Provisória 232/04, que altera a legislação tributária e aumenta impostos para prestadoras de serviços, pequenas empresas e produtores rurais, a matéria não passará no Congresso, afirmou Renan.



**REPAROS** Mão Santa protesta contra os preços do gás de cozinha e dos combustíveis

## Mão Santa critica gestão de Dutra na Petrobras

Ao citar texto do articulista Diogo Mainardi intitulado "Lula é caro demais", publicado na edição de 19 de janeiro passado na revista *Veja*, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou a gestão de José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras. Ele disse que a população mais pobre do Brasil está sendo obrigada a comer alimentos crus porque o preço do gás está muito caro.

Mão Santa também protestou contra o preço cobrado pelos combustíveis. Ele testemunhou que, em recente viagem à Venezuela, percorreu, de táxi, diversos pontos turísticos daquele país. Ao final da corrida, que durou quase cinco horas, o preço cobrado pelo motorista foi de apenas R\$ 30, pois a gasolina venezuelana custa bem menos do que a brasileira.

Diversos convênios assinados pela Petrobras nas áreas esportiva e cultural mereceram críticas do senador. Ele opinou que os ministérios da Cultura e do Esporte deveriam ser os canais competentes para a negociação de contratos de apoio publicitário a eventos esportivos, clubes de futebol e manifestações artísticas.

Referindo-se a cálculo feito por Diogo Mainardi, Mão Santa afirmou que o governo Lula já deu um prejuízo de R\$ 14,6 bilhões só por meio da Petrobras.



**CANDIDATURA** José Jorge diz que autoridades indicadas tomaram "atitudes absurdas"

## José Jorge anuncia nova edição do Prêmio Berzoini de Crueldade

O senador José Jorge (PFL-PE) comunicou ontem em Plenário que o PFL já está computando votos para a 6ª edição do Prêmio Berzoini de Crueldade. A ideia do concurso surgiu no fim do ano de 2003, quando o então ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, exigiu que os aposentados comparecessem aos postos do INSS para regu-

larizar sua situação.

Trimestralmente, são sugeridos cinco nomes de membros do governo que tomam "atitudes absurdas". Dessa vez, os "candidatos" são o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que propôs abolir o caráter eliminatório da prova de inglês nos exames de admissão do Itamaraty, a ministra de

Minas e Energia, Dilma Rousseff, pelos recentes blecautes no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pela edição da Medida Provisória 232/04 (que aumenta a carga tributária), o ministro da Saúde, Humberto Costa, pela distribuição de kits contra a dengue (considerados ineficazes pelo senador), e o

ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, pelos recentes conflitos no Pará.

Os interessados em participar devem acessar o site [www.pfl.org.br](http://www.pfl.org.br). O prêmio já foi concedido ao presidente Lula, aos ministros José Dirceu (em duas edições) e Humberto Costa e ao secretário de Comunicação, Luiz Gushiken.



**RECUO** Segundo Ideli, redução de impostos no primeiro ano do governo Lula foi a única desde 1991

## Ideli rebate críticas sobre escalada tributária

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) voltou a rebater, em pronunciamento ontem, as críticas de que o governo Luiz Inácio Lula da Silva estaria promovendo uma escalada tributária no país.

Ideli apresentou ao Plenário um gráfico, feito com informações da Receita Federal, com dados sobre o crescimento da carga tributária em relação ao produto interno bruto (PIB) nos últimos 14 anos.

– A primeira escalada alpinista aconteceu no governo Itamar Franco, quando a carga tributária pulou de 25,2% para 29,4%. Ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, foi de 29,4% para 35,56%. O único momento, de 1991 a 2003, em que houve inflexão da curva da carga tributária foi exatamente no primeiro ano do governo Lula, que baixou de 35,5% para 34,8% – explicou.

A senadora afirmou que essa inflexão se deve a uma série de medidas que foram adotadas, entre elas a desoneração tributária em áreas como a agricultura e a construção civil, a ampliação das isenções e a correção na tabela do Imposto de Renda.

### Empregos

Ideli comentou também dados recém-divulgados pela imprensa, segundo os quais estariam sobrando postos de trabalho em várias cidades de seu estado, Santa Catarina, o que, de acordo com ela, seria inimaginável algum tempo atrás.

– Estamos importando profissionais de outras regiões para atender à demanda. Esse dado está diretamente vinculado a outras notícias, como a de que o emprego teve a maior alta dos últimos 15 anos – afirmou a parlamentar.

# Maciel propõe debate sobre modelo federativo

■ Senador ressalta que criação da Comissão de Desenvolvimento Regional favorece retomada da discussão

Em discurso ontem, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse que, com a criação da Comissão de Desenvolvimento Regional, no fim do ano passado, estão reunidas as condições para a retomada do debate sobre a Federação brasileira, o resgate dos valores republicanos, as reformas políticas, o aperfeiçoamento do sistema de governo e o redesenho do modelo federativo. Dessa forma, ressaltou o senador, será possível reforçar a desconcentração e a descentralização por meio do fortalecimento dos estados e municípios e do exercício de uma democracia participativa.

Marco Maciel lembrou que o Manifesto Republicano de 1870 já destacava a aspiração natural do Brasil de estabelecer o princípio federativo, devido às suas diferenças como topografia e clima, entre outras.

## Alberto Silva destaca cultivo de mamona e feijão no Piauí

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) mostrou ontem, como exemplo para o Brasil, o Projeto São Raimundo Nonato, no Piauí, no qual 1.700 trabalhadores estão sendo treinados pelo Sebrae do estado para plantar mamona e feijão, em um hectare, com apoio técnico da Embrapa. O senador disse que o governo deveria se mirar em exemplos como esse para realizar a reforma agrária. Em sua opinião, a concepção adotada atualmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pode inviabilizar a reforma agrária.

De acordo com Alberto Silva, o governo precisaria de R\$ 12 bilhões para poder fazer os assentamentos, já que o Incra estabeleceu 30 hectares para cada assentado. Caso exista no país cerca de 1 milhão de sem-terra, o governo gastaria essa quantia para pagar 30 milhões de hectares, calculou o senador.



**DESEQUILÍBRIO** Maciel: centralismo em torno da União precisa ser enfrentado pelo país

– Estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território – disse.

### Centralismo

O senador assinalou que, apesar de ser uma república federativa, o Brasil ainda sofre de grande centralismo em torno da União e elevado grau de competitividade entre os estados e municípios. Ele acrescentou que, diversamente

Fotos: Roosevelt Pinheiro

do que ocorreu nos Estados Unidos, a Federação brasileira não é derivada de um genuíno pacto federativo.

– Uma federação robusta geralmente nasce, conforme a história demonstra, de vontades de estados ou províncias que se associam e definem a natureza, a extensão e os limites destes, e a competência do poder central, a União. A propósito, mencione-se Ronald Reagan, em discurso na Presidência: "Todos nós devemos recordar que o governo federal não criou os estados; os estados criaram o governo federal" – destacou o parlamentar.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o problema do Brasil hoje é que "o PT não tem noção do que é lei ou a Constituição; a ignorância é audaciosa, dizem os filósofos". Cristovam Buarque (PT-DF) lembrou que foi preciso uma intervenção do governo federal norte-americano para que os negros pudessem frequentar escolas. Para ele, o debate proposto por Marco Maciel merece aprofundamento, especialmente sobre a necessidade de definir o papel da União.



**ÊXITO** Com apenas três hectares, ressalta Alberto Silva, o produtor consegue sustentar sua família

meira vez no Brasil, um grupo de lavradores entrará para o agronegócio com sua pequena produção garantida e ainda com plano de saúde, seguro de vida e conta bancária.

– Espero não morrer antes de ver 100 mil trabalhadores no país sob a orientação de um projeto dessa natureza, ganhando R\$ 1 mil por mês. Esse sonho, que peço a Deus ver realizado, pode também ser assumido pelo presidente Lula, caso conheça a experiência.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) concordou com Alberto Silva.



**EXPECTATIVA** Lobão também espera retomada do projeto de Serra Quebrada, parado há cinco anos

## Lobão anuncia construção da Hidrelétrica de Estreito

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou ontem que as obras da Hidrelétrica de Estreito (MA) serão iniciadas no primeiro semestre deste ano e estarão concluídas até setembro de 2009. A usina está situada no Rio Tocantins, na divisa entre os estados do Maranhão e Tocantins.

A obra, orçada em aproximadamente US\$ 1 bilhão, terá um reservatório de 555 quilômetros quadrados, informou o senador. Segundo ele, foram feitas modificações no projeto original da hidrelétrica, a partir de audiências públicas e pareceres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Edison Lobão afirmou que também espera a conclusão da Usina de Serra Quebrada, localizada no município maranhense de Imperatriz. As obras da hidrelétrica estão paralisadas há cinco anos, por conta de divergências com o Ibama e indígenas que habitam a área, informou Lobão. Para ele, a construção da Usina de Serra Quebrada vai contribuir também para a criação de um projeto de irrigação de 75 mil hectares na região.

Na avaliação do senador, a localização de Imperatriz favorece o projeto, pois a cidade conta com aeroporto internacional e linhas de transmissão de energia. Edison Lobão destacou ainda que a obra está próxima à ferrovia Norte-Sul e à rodovia Belém-Brasília. A inundação das terras agricultáveis, disse, será pequena e não exigirá grandes remanejamentos da população rural, além de aumentar a navegabilidade do Rio Tocantins. Para Lobão, o Maranhão e o Tocantins são irmãos, e a integração ocorrerá por meio do rio.



**SUGESTÃO** Maguito Vilela diz que uma das soluções seria a adoção de nova linha de financiamento

## Maguito pede medidas para evitar crise no agronegócio

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) alertou ontem que o agronegócio pode estar mergulhando em uma perigosa crise, com ameaças para toda a economia nacional. Tomando por base informações geradas pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), ele disse que o aumento do PIB (produto interno bruto) do setor, no ano passado, foi de apenas 3%, frente a um crescimento médio da economia como um todo da ordem de 5%.

Vários fatores contribuíram, de acordo com o senador, para as dificuldades que os agricultores vêm enfrentando. Segundo ele, concorreram para a crise a quebra da safra em 2004, a boa safra norte-americana, a variação da política cambial, o aumento dos preços de insumos e a ação de algumas doenças fúngicas que afetaram, principalmente, o plantio de soja. Maguito Vilela lembrou que a saca do produto, em meados do ano passado, foi comercializada a R\$ 52, caindo para aproximadamente R\$ 25 nos dias atuais.

– Ora, o custo de produção de uma saca de soja está hoje em torno de R\$ 32. Portanto, vender a R\$ 25 é gerar prejuízos enormes para os agricultores.

Maguito adiantou que os produtores têm sugestões para enfrentar as dificuldades. Uma delas seria a adoção de nova linha de financiamento. Uma segunda proposta defende a prorrogação das parcelas de investimentos a vencer em 2005. Por fim, os produtores estão dispostos a fornecer ao governo informações para que uma ação contra políticas protecionistas praticadas pelos Estados Unidos possa ser impetrada junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

# Comissão que investiga morte de freira realiza audiência pública

Senadores ouvirão hoje o bispo da prelazia do Xingu e o secretário de Defesa Social do Pará

A comissão externa que acompanha as investigações sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang, ocorrido

no último dia 12 no Pará, fará uma audiência pública às 17h de hoje. Deverão ser ouvidos o bispo da prelazia do Xingu em Altamira (PA), Erwin Krautler; o secretário especial de Defesa Social do estado do Pará, Manoel Santino Nascimento Júnior; e o ouvidor agrário nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), desembargador Gerci-

no José da Silva Filho.

A comissão é presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) e a reunião ocorrerá na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado. Os senadores do colegiado acompanharão como observadores as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do estado do Pará. Em 30 dias

deverá ser apresentado pela comissão relatório circunstanciado ao Senado.

A missionária foi assassinada com seis tiros em Anapu (PA). No fim de semana foi preso Rayfran das Neves Sales, o "Fogoió", que confessou, segundo a polícia, ter atirado na freira. O crime foi motivado por conflitos agrários entre moradores da região e madeireiros.

## Ana Júlia: assassinato revela fracasso de modelo social

A senadora Ana Júlia Carepa aproveitou ontem o episódio do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang para mostrar as iniciativas do governo federal na reforma agrária e na justiça social e até na agilidade e na maior eficiência da Justiça.

– A morte da irmã Dorothy desnuda para o mundo as mazelas acumuladas desde a nossa fundação como país. Sua morte revela o fracasso de um modelo desumano de desenvolvimento, e a inoperância, incompetência ou conivência do aparato institucional do Pará durante toda a nossa história – disse ela.

A senadora fez um histórico das mazelas da região, e lembrou a construção da rodovia Transamazônica, nos anos 70, que provocou um desequilíbrio ecológico sem qualquer benefício para a população, na avaliação dela.

### Campeão

Ana Júlia lembrou que o Pará é o estado brasileiro com o maior índice de assassinatos ligados à questão fundiária. Citando dados da Comissão Pastoral da Terra, ela disse que, em 31 anos, foram assassinados 726 camponeses no estado.

– Somente nos últimos oito anos, 113 trabalhadores perderam suas vidas em conflitos relacionados à posse da terra, o que corresponde a quase 39% dos registros nacionais no mesmo período – afirmou. E acrescentou que, na maioria desses assassinatos, a impunidade é a regra. “Não há praticamente nenhum executor ou mandante preso. A má instrução dos inquiridos policiais tem sido a principal alegação da Justiça”, explicou.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**CRÍTICAS** Ana Júlia destaca que o estado do Pará é também campeão nacional do trabalho escravo

Ana Júlia disse ainda que a impunidade tem levado também o Pará a ser um campeão nacional do trabalho escravo. Ela citou dados do Ministério do Trabalho para informar que, nos anos de 2003 e 2004, foram libertados mais de 7 mil trabalhadores escravos em todo o Brasil, sendo que, desse total, 25% eram escravos em território paraense.

– A omissão do estado também se dá por meio da ausência de controle dos cartórios imobiliários. Alguns desses órgãos titularizam, de má-fé, em prol de grileiros, terras ocupadas por posseiros que já estão na área há décadas – denunciou.

Mas a senadora lembrou que os órgãos encarregados do setor, como Incra e Ibama, têm estado mais presentes, e projetos como os PDSs (projetos de desenvolvimento sustentável) estimulam a agricultura familiar.

– O governo Lula permitiu importantes avanços para a efetivação de projetos, com investimentos na área de infraestrutura, demarcação topográfica, liberação de créditos para instalação e habitação e assinatura de convênios para assessoria técnica, social e ambiental.

## Virgílio: governo deveria ter investido mais no campo

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a forma como o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang vem sendo tratado pelo governo e por alguns parlamentares governistas. Ele afirmou que o episódio não pode ser visto com maniqueísmo ou reduzido a um mero jogo eleitoral.

Na avaliação do senador, o governo falta com a verdade ao tentar convencer a população de que existia uma inércia total na tentativa de acabar com a violência no campo antes do governo Luiz Inácio Lula da Silva e que somente agora o estado de direito teria chegado ao Pará. Ele advertiu que foi esse tipo de arrogância que levou o candidato governista à Presidência da Câmara, Luiz Eduardo Greenhalgh, à derrota.

### Prioridade

Citando várias matérias publicadas nos últimos dias pelos principais jornais do país, Arthur Virgílio registrou que o próprio governo utilizou apenas 40% das verbas alocadas para o programa Paz no Campo.

– Se é verdade que eles tinham um diagnóstico da situação e sabiam que ela levaria a essa tragédia, por que não tomaram as medidas antes? O que vemos é o governo dormir em berço esplêndido o tempo inteiro, enquanto a propaganda e o marketing rolam soltos e a demagogia vira tônica. O que existe é a malícia de tentar transformar inverdades em verdades – afirmou o parlamentar.

Arthur Virgílio lamentou que uma das principais pre-



**INÉRCIA** Arthur Virgílio alerta para o risco de desestabilização política que pode ocorrer no país

ocupações atuais do governo Lula seja a de combater o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho. Ele observou que essa atuação pautada em picuinhas e em coisas menores está deixando a população cansada e alertou para o risco de instabilidade e desestabilização política que pode ocorrer.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) lamentou declaração recente do ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, de que as constantes altas da taxa de juros prejudicariam a reeleição de Lula. José Jorge afirmou que a prioridade do ministro deveria ser o crescimento econômico e a geração de empregos, em vez de um segundo mandato para o atual presidente.

Já o senador Almeida Lima (PSDB-SE) disse estranhar a reação de parlamentares governistas sobre o assassinato da missionária. Ele destacou que soam como se quissem passar para a sociedade a impressão de que a responsabilidade pelo fato é da oposição e de que o Brasil não está sendo governado pelo presidente Lula.



Geraldo Magela

**MOÇÃO** Conselho de Comunicação pede ao Congresso que aprove restrições à publicidade de bebidas alcoólicas

## Debate: propaganda de bebida não tem controle

■ Conceito de que adolescente só será feliz se experimentar álcool está sendo imposto, diz médico

“O governo brasileiro só vai se movimentar em relação à implementação de uma política do álcool quando a sociedade civil organizada der um basta nesta situação.” Essa é a opinião do psiquiatra Ronaldo Laranjeira, convidado do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional para debater o tema “O álcool nos meios de comunicação”. Doutor em Dependência Química, autor de uma tese sobre políticas de álcool, Laranjeira afirmou que a propaganda de bebidas alcoólicas não vende apenas o produto, mas também o conceito de que as pessoas, principalmente as crianças e os adolescentes, só serão felizes se

experimentarem álcool.

O especialista lembrou que há um projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados, mas que está parado no Senado desde 2000, que modifica a atual legislação que regulamenta a propaganda do álcool (Lei 9.294/96). O PL 35/00 determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem a advertência sobre a proibição de sua venda a menores de 18 anos.

Integrante do conselho como representante da sociedade, Assumpção de Andrade lembrou que a dificuldade para se aprovar uma legislação sobre o assunto se deve ao *lobby* das indústrias. Jorge da Cunha Lima, também representante da sociedade, disse que outro problema no combate ao abuso do álcool está no fato de que a publicidade de cervejas afirma que “todo tipo de virtude passa pela propaganda de cerveja”.

Para Cunha Lima, os problemas decorrentes do alto consumo de álcool não podem ser debitados apenas ao Poder Legislativo, mas também aos meios de comunicação e aos fabricantes de bebidas alcoólicas. Estes, por sua vez, “recebem incentivos governamentais para abrir novas fábricas e produzir cada vez mais”, completou o conselheiro Antônio de Pádua Carvalho.

Representante das empresas de rádio, o conselheiro Paulo de Carvalho se disse contra medidas proibitivas. Ele teve apoio do consultor da Rede Globo Francisco Araújo.

Essa foi a última reunião da atual composição do conselho. O presidente José Paulo Cavalcanti encaminhou moção sugerindo à próxima composição do órgão que aprofunde as discussões sobre o álcool e pedindo para que o Congresso aprove legislação restritiva à publicidade de bebidas alcoólicas.

## Senadores tentam há anos limitar publicidade

Vários senadores têm tentado há anos modificar a Lei 9.294/96, que fixou condições para a propaganda de bebidas alcoólicas com até 13 graus GL (Gay Lussac). O último projeto foi apresentado recentemente pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que pretende impedir que qualquer bebida com mais de meio grau possa ser divulgada na TV, no rádio e outros veículos de comunicação – a propaganda ficaria restrita a cartazes nos locais de venda.

Assim que tomou posse, no início de 2003, o senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) propôs um projeto com a mesma finalidade. Na Comissão de Educação, por exemplo, tramitam sete projetos, dos quais apenas um já foi

votado pelos deputados – o PLC 35/00, de autoria do ex-deputado Aírton Dipp. Tramitam com ele propostas com a mesma finalidade apresentadas pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AC). Também se encontram sob exame da comissão projetos de três ex-senadores – Emilia Fernandes, Carlos Patrocínio e Roberto Requião.

O movimento Propaganda sem Bebida decidiu lutar pela votação do projeto do ex-deputado Aírton Dipp porque, se não receber emendas no Senado, será encaminhado à sanção do presidente da República. Um projeto polêmico como esse, sujeito a pressão de vários setores empresariais, pode demorar anos para ser votado.

## Consumo de cerveja no país disparou nos últimos 20 anos

Nos últimos 20 anos, o consumo de cerveja disparou no Brasil, saindo de 25 litros por habitante ao ano para mais de 48 litros, segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção nacional já chega a 8,2 bilhões de litros anuais e o faturamento do setor passa de R\$ 13 bilhões ao ano.

A publicidade de bebidas alcoólicas hoje está restrita, na TV e no rádio, ao período que vai das 21h às 6h. A legislação que trata do assunto (Lei 9.294/96) só autoriza propaganda de bebidas com até 13 graus GL (Gay Lussac), o que exclui vinhos, cachaças e outros. A segunda bebida mais consumida pelos brasileiros é a cachaça, com 1,3 bilhão de litros anuais, seguida do vinho, com 380 milhões de litros.

O setor de cervejas, altamente concentrado, gasta em publicidade por mês cerca de R\$ 100 milhões, segundo o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, um dos líderes do movimento Aliança Cidadã do Álcool e Propaganda sem Bebida. A ideia do movimento é impedir a propaganda de cervejas, como ocorreu com os cigarros, que agora

são limitados a cartazes nos locais de venda. A legislação sobre cigarros obriga ainda os maços de cigarros a apresentarem fotos chocantes de pessoas doentes por causa do fumo.

Os defensores da restrição à publicidade de bebidas argumentam que o consumo de cigarros se reduziu desde que a lei entrou em vigor. Dados do IBGE mostram que a queda começou antes, com a conscientização das pessoas sobre os malefícios do fumo. Os cigarros caíram de 28º para 46º no *ranking* dos 100 itens mais produzidos no país.



## ▼ Rússia, EUA e França impõem restrições

A restrição à propaganda de bebidas alcoólicas é tema recorrente em diversos países que buscam saídas para a redução de problemas de saúde gerados pelo consumo de álcool.

Na Rússia, o presidente Vladimir Putin sancionou lei que proíbe propaganda de cerveja. No país, o alcoolismo é um dos principais problemas sociais. Após campanhas realizadas para reduzir a ingestão – tradicionalmente diária – de vodka, houve aumento da procura por cerveja.

As rádios e televisões russas

não podem mais veicular propagandas de bebidas alcoólicas das 7h às 22h. Os que não cumprem as determinações são punidos. Os anúncios promovendo cerveja ou bebidas produzidas com cevada não podem transmitir a ideia de que beber leva ao êxito social, esportivo ou pessoal, ou que, de qualquer forma, melhora o estado físico ou psíquico.

Em países como os Estados Unidos, Canadá e alguns da Europa, os estabelecimentos precisam obter licença para a venda de bebidas alcoólicas e só podem comercializar

em horários determinados.

De acordo com estudos realizados nos Estados Unidos, na última década a sociedade americana perdeu US\$ 148 bilhões por ano com o custo social ocasionado pelo consumo do álcool, dos quais US\$ 32 bilhões relacionados às mortes prematuras.

Os franceses lidam com rígidas regras para a propaganda de produtos alcoólicos, especialmente as televisivas, que são completamente proibidas. Somente bebidas de baixo teor (até 1,2% de álcool por volume) não sofrem restrições.